

Ata nº 32 / XIII / 1.ª SL

Aos dezasseis dias do mês de junho de 2016, pelas 14 horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 9/XIII/1ª - Aprova, para adesão, a Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para Pessoal de Navios de Pesca, Convenção STCW-F, adotada em Londres, em 7 de julho de 1995.

- **Deputado autor do parecer:** Pedro Filipe Soares - BE

2. Outros assuntos

///

Ponto 1.

Aberta a reunião, o Senhor **Presidente da Comissão** deu as boas vindas a todos os Deputados presentes, tendo de imediato dado a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para apresentação do seu Parecer alusivo à iniciativa europeia em apreço.

Neste seguimento, o Senhor Deputado Relator começou por enquadrar a iniciativa quanto ao seu objeto, finalidades e fontes, realçando, neste particular, tratar-se de uma iniciativa derivada de uma Convenção internacional celebrada no âmbito da Organização Marítima Internacional, a qual, apesar de outorgada nos anos 90, apenas entrou em vigor no ano de 2012, em resultado do décimo quinto ato unilateral de ratificação. Saliu a evidente melhoria que a iniciativa em apreço traz à da qualidade da qualificação e formação dada ao pessoal que trabalha a bordo de navios

de pesca e reforça ainda as normas de formação e a segurança na indústria da pesca e das frotas de pesca, contribuindo desta forma para a redução de acidentes e para melhorar, no contexto mundial, o atual nível de segurança da indústria da pesca.

Opinou em sentido favorável à da aprovação desta iniciativa, lembrando que talvez tivesse sido possível evitar o número de vidas perdidas entre a comunidade piscatória, se o hiato de tempo entretanto decorrido desde a outorga da Convenção tivesse sido mais curto, o que, infelizmente, não foi possível assegurar. Sublinhou, contudo, o papel essencial que deve ser atribuído à componente de fiscalização, para que possa ser atingida a finalidade desta Convenção.

Concluiu que a iniciativa em apreço reúne condições para ser discutida em Plenário.

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para felicitar o trabalho realizado pelo autor do Parecer, e lembrar o número de vítimas originado pela ausência de condições e regras de segurança na atividade marítima.

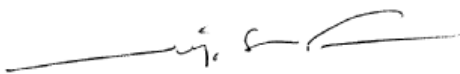
Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para acompanhar as palavras do interveniente que a antecedeu, vincando que a segurança e a formação constituem uma velha aspiração da comunidade pesqueira.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do PCP.

Nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente** da Comissão encerrou os trabalhos pelas 15 horas.

Palácio de S. Bento, 16 de junho de 2016

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Domicilia Costa
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
Lara Martinho
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Maria Augusta Santos

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 29/06/2016.